

A seção Debate obriga neste número os trabalhos que serviram de base às exposições feitas pelos autores na mesa-redonda "A História Econômica em Questão" no I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em setembro de 1993, sob a coordenação do Prof. Sérgio Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

A História Econômica em Questão*

Sérgio Silva

IFCH-Unicamp

Os temas e os períodos analisados pelos três autores que participaram do debate *A história econômica em questão* são bastante diferentes - a economia colonial na passagem do século XVIII para o século XIX; a economia escravista baiana do século XIX; a industrialização - e correspondem às pesquisas que cada um deles realiza em sua vida acadêmica. A relação entre os três trabalhos encontra-se no fato de que todos eles, a partir destes diferentes temas, dedicam-se a uma reflexão crítica mais geral, sobre problemas de interpretação histórica, sobre as formas de fazer e de conhecer a história econômica.

A discussão destes questionamentos era justamente o objetivo da mesa-redonda.

I

O elo perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830, trouxe para o debate a crítica de José Jobson de Andrade Arruda à visão tradicional da história brasileira, baseada nos *grandes símbolos paradigmáticos* do açúcar, ouro, café e, finalmente, da indústria. Dentro desta visão, o período considerado neste artigo é caracterizado pelo desalento econômico, pela retração dos ganhos e pela prostração das forças sociais.

Para José Jobson, ao contrário, este período da nossa história apresenta uma vida econômica e social extremamente rica, que conduz à *inapelável destruição* do regime de exclusivo colonial, antes mesmo da transferência da família real para o Brasil, em 1808. Essa riqueza seria o resultado de um conjunto de atividades econômicas variadas e heterogêneas, que teriam se desenvolvido em diversos pontos do território brasileiro, apesar do monopólio metropolitano ainda em vigor.

O pouco destaque concedido a essas atividades pela historiografia tradicional é explicado como decorrência de um outro *exclusivo*: durante muito tempo, a história econômica do Brasil

se orientou de modo praticamente exclusivo para o estudo dos fenômenos relacionados com as atividades do que passamos, mais tarde, a chamar de *setor externo*.

Celso Furtado é um dos mais conhecidos defensores da tese sobre a estagnação econômica que teria marcado a vida de toda a colônia (com a honrosa exceção do Maranhão) após o ciclo do ouro. E, efetivamente, como ele destaca, durante este período, as exportações se mantêm estagnadas e as importações reduzem-se. Entretanto, ao mesmo tempo, as atividades voltadas para o mercado interno apresentam um significativo crescimento e uma forte diversificação.

Este crescimento, segundo José Jobson, compreenderia inclusive um *processo de constituição de unidades fabris que poderia desembocar num processo de industrialização* e ameaçaria, em particular e de forma mais imediata, as relações com a metrópole portuguesa, que enviava 78% de suas exportações para o Brasil. A efetivida-

* Outros trabalhos apresentados no mesmo congresso foram reunidos em quatro livros - *História Econômica do Brasil Colonial*, *História Econômica da Independência ao Império*, *História Econômica da Primeira República* e *História Econômica do Brasil Contemporâneo* - publicados, em 1996, pela Editora Hucitec e pela Fapesp.

de dessa ameaça explicaria o verdadeiro alcance do alvará de d. Maria I, em 1785, restringindo as possibilidades de produção manufatureira na colônia.

De um modo mais geral, esta crítica destaca a possibilidade concreta de uma alternativa diferente de desenvolvimento, que só foi afastada pelos rumos posteriores da economia e da sociedade brasileiras. Assim, além da revisão das teses sobre este período, este artigo chama a atenção para um problema mais geral: freqüentemente, a história Econômica tende a reconstruir os processos históricos a partir de seus resultados, subestimando a sua complexidade de tal forma que as opções presentes em cada momento praticamente desaparecem.

II

Consagrado especificamente a um estudo sobre a Bahia do século XIX, *Por uma história política da economia escravista* é, sem dúvida, o artigo que desenvolve de forma mais explícita seus questionamentos de ordem teórica e metodológica sobre a história econômica.

Nele, Ubiratan Castro de Araújo defende uma história política renovada, com uma vocação globalizante, que permitiria recolocar o econômico em seu devido lugar, integrado na dinâmica do conjunto da sociedade, como parte da realidade social e não mais como determinante infra-estrutural do todo social.

De acordo com René Remond, ele afirma uma determinada centralidade do político em relação as demais instâncias da vida social, considerando-o, em particular, como um campo alargado de decisões sociais sobre o econômico. Dentro desta linha de pensamento, uma história política da economia -

necessariamente pluridisciplinar - contribuiria para reinserir os fenômenos econômicos no fluxo contínuo da vida do passado, como atividades de homens, de uma forma ou de outra, organizados.

Os grupos ou classes sociais não seriam vistos como simples portadores de determinações estruturais, mas como verdadeiros agentes formuladores e/ou responsáveis pelas decisões da política em geral e da política econômica em particular. Assim, a escravidão na Bahia do século XIX é vista não apenas como uma instituição que se reproduziria segundo a sua própria lógica, mas também e principalmente como ação da sua elite açucareira, que se afirma, concretamente, na luta contra projetos alternativos de outros grupos ou classes sociais.

Não se pode esperar que os projetos alternativos tenham alcançado o mesmo grau de definição e clareza daquele que finalmente se tornou dominante. A formulação do que podemos chamar de um projeto social deve necessariamente ser vista como parte do próprio processo histórico em que o seu destino é decidido. Desse ponto de vista, a formulação mais completa de um projeto acompanharia a sua implementação e estaria vinculado ao seu próprio sucesso.

Mesmo assim, Ubiratan de Araújo considerou possível identificar uma pauta de reivindicações que configuraria uma espécie de programa de caráter urbano e popular; um projeto alternativo, cujos itens mais visíveis seriam: a autonomia política da província, a emancipação dos escravos, a diversificação da economia e o desenvolvimento da pequena propriedade. Tais idéias marcariam não somente as revoltas e os movimentos populares da época, mas se fariam sentir ainda,

décadas mais tarde, no movimento abolicionista baiano, por exemplo.

III

No título do terceiro e último artigo, *Revisando a industrialização brasileira: onde a memória histórica trai sem constrangimentos a história*, Edgar Salvadori de Decca já nos indica o caráter polêmico do seu trabalho, que deriva de sua vinculação mais direta com as questões atuais sobre a intervenção do Estado na economia e na sociedade.

Para Edgar de Decca, a historiografia sobre o assunto, de um modo geral, *tomou o partido do Estado*. Esta tese parece especialmente polêmica quando é associada à crítica daqueles que consideram o empresariado como uma força conservadora que não era capaz de reconhecer o avanço da legislação trabalhista. É verdade, entretanto, que essa idéia aparece como elemento de uma crítica mais geral às análises que apresentam o Estado como o único elo de negociação possível entre as classes sociais.

A historiografia tenderia a ignorar os efeitos arrasadores da legislação trabalhista, que teria desorganizado não somente a vida sindical operária, tirando-lhe a autonomia, mas também toda a indústria paulista: *durante anos todo o crescimento econômico ficou comprometido pelo emaranhado de leis e pelas disputas entre o empresariado e o Estado*. Uma das conseqüências mais perniciosas do avanço do Estado seria o *progressivo descompromisso das elites no que concerne às negociações sociais*.

Determinadas passagens do artigo, pelo menos se consideradas isoladamente, podem nos fazer pensar numa reformulação pela esquerda de algumas teses liberais ou neoliberais. Tal possibilidade parece vinculada, sobretudo, ao

objetivo de orientar o texto por uma crítica a todo um conjunto de trabalhos sobre o processo de industrialização, cujas idéias encontram-se no centro do pensamento da esquerda brasileira e dizem respeito, fundamentalmente, à liderança do Estado no processo de industrialização.

Temo que estas passagens - e nossas discordâncias em relação às suas implicações para o momento político atual - levem-nos a rejeitar o artigo sem examinar todas as suas implicações. A crítica à visão estatista da historiografia conduz, na verdade, a uma tese mais ampla: através da forte intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais, o processo de industrialização não se faria acompanhar pela hegemonia crescente dos setores dominantes diretamente ligados à indústria e às regiões desenvolvidas industrialmente, como São Paulo.

Esta tese estaria *ocultada* pela forma altamente polêmica da crítica: *criamos uma interpretação histórica que imputa aos setores conservadores e autoritários da sociedade e do Estado a responsabilidade pela introdução do Brasil na era da industrialização e da modernidade*. Integrada ao conjunto do artigo, esta afirmação significa que a historiografia atribui um caráter intrinsecamente (ou naturalmente?) progressista a todo processo de industrialização para valorizar positivamente a ação destes setores ou do próprio Estado.

Desde o início, o Autor revela as idéias mais gerais que fundamentam a sua análise, em particular aquela que sustenta a tese sobre o não-necessário predomínio da burguesia industrial na industrialização: *discutir a indústria no Brasil não é apenas uma questão de ordem econômica; aliás, aqui mais do que em outros lugares, os imperativos de ordem econômica valem muito pouco*.

Em outros termos: os interesses

que conformaram o desenvolvimento da indústria não podem ser compreendidos unicamente, nem mesmo principalmente, a partir da economia. A história econômica deve se livrar do determinismo econômico e da ideologia evolucionista a ele associado.

IV

A leitura dos artigos muito provavelmente mostrará que as questões formuladas pelos três autores são ainda mais importantes e profundas do que fui capaz de destacar nesta apresentação, sobretudo no que se refere às teses diretamente relacionadas com os períodos históricos por eles examinados. Aqui, procurei ressaltar principalmente aquelas que me pareceram, por seu caráter mais amplo e por suas implicações teóricas ou metodológicas, questionamentos à história econômica de um modo geral.

Afinal, seja lá que nome encontremos para esta aparente revolução (ou será simples confusão?) por que passa o pensamento científico em geral, ela diz respeito diretamente às ciências sociais e à história. Os questionamentos que encontramos nos três artigos não podem deixar de ser relacionados com as preocupações que orientam o debate atual sobre a validade, a abrangência e os fundamentos do pensamento científico.

De certa forma, eles não constituem exatamente uma novidade. Desde as suas origens, as ciências sociais e a história estão marcadas pela discussão sobre as implicações da separação dos fatos econômicos em um campo específico de estudos, sobre a possibilidade de entender a economia e a sociedade a partir de razões propriamente econômicas ou de encontrar leis que libertariam os nossos estudos da com-

plexidade própria aos processos históricos, resultados de uma ação humana que, sejam quais forem os seus limites, é, finalmente, a responsável pelas transformações sociais.

No caso da economia e da história econômica, essa questão torna-se mais aguda, tendo em vista o peso geralmente atribuído, nas mais variadas correntes de pensamento, às determinações exercidas sobre o conjunto da sociedade pela infra-estrutura econômica ou pelo mercado (entendido como o *locus* privilegiado das relações econômicas). De tal forma que o pensamento econômico pode ser visto como um dos alicerces do *cientificismo* que fundamentaria não somente o próprio pensamento científico, mas também o pensamento político e as ideologias dominantes.

Ao apresentarmos a história como a realização de leis ou tendências, de uma forma ou de outra, naturais, valorizamos as elites dirigentes e as elites intelectuais, depositárias principais ou conhecedoras destas tendências (o que, de certo modo, significa legislar em causa própria), e, ao mesmo tempo, eliminamos o sentido próprio das ações humanas, como se a elas não restasse outra alternativa além de seguir a corrente dominante.

Independentemente da idade desses questionamentos, os três artigos podem contribuir muito, seja para o avanço do conhecimento nas áreas específicas em que desenvolvem as suas análises, seja para integrar os pesquisadores brasileiros de história econômica em um debate que certamente ganhou uma nova vida, quando um de nossos colegas, de ciência mais exata, saiu do seu laboratório e, para a nossa surpresa, disse que os átomos fazem o que eles querem. Será possível?